

PROJETO FIPE | SDR
apoio técnico e logístico
ao planejamento e governança
para o desenvolvimento regional

Grupos de Trabalho – RMVPLN

Andrea Calabi | coordenador geral

23/3/2022

Transporte, Logística e Sistema Viário

RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – TEMA TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO

SLT, ARTESP, DER

1. AIM Corredor Verde Metropolitano de Transporte – VLP – faixa linha de alta tensão marginal à Rodovia Dutra, nos moldes que a PMSJC está implantando em seu território, de Jacareí a Aparecida: SLT entende ser uma proposta que está alinhada com as diretrizes estaduais / PAM-TL?
2. AIM Centro de logística, como previsto no PAM, no entroncamento das Rodovias Carvalho Pinto e Tamoios: SLT entende ser uma proposta que está alinhada com as diretrizes estaduais?
3. Trem regional: o novo marco das ferrovias pode contribuir para que este projeto seja implantado? Há alguma articulação/ planejamento de fomento às ferrovias?
4. Extensão da Rodovia Carvalho Pinto de Taubaté até Cachoeira Paulista: ARTESP/DER entende ser uma proposta que está alinhada com as diretrizes estaduais? Há alguma articulação com a Rota da Fé, entre outras?
5. Manutenção das estradas vicinais: como pode ser a participação das concessionárias e ARTESP? Pode ser estudada a implantação de pedágios em locais que inibam a fuga e a utilização indevida das vicinais?
6. Asfaltamento de estradas conectando diferentes municípios à rodovias, a exemplo de Natividade da Serra, é uma proposta alinhada às diretrizes estaduais?
7. Mitigar conflitos do tráfego rodoviário com tráfego local - Litoral Norte / Caraguatatuba e Piquete / Vale do Paraíba: nos moldes do anel de contorno da Tamoios/Caraguá, podem ser incluídos como proposta do PDUI?
8. Sistema aquaviário para conectar diferentes localidades do litoral norte é uma proposta alinhada com diretrizes estaduais?

RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – TEMA TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO

1. SLT, ARTESP, DER – continuação

9. Há alguma estratégia de mitigação ou ordenamento do tráfego de turismo [“corredor cidadão de transporte”] para amenizar o trânsito intenso em alta temporada? Incluir Rota da Fé – peregrinos, estradas cênicas, etc (articulação com Secretaria de Cultura).
10. Há demandas da área rural para escoamento de produtos e serviços com o fortalecimento do turismo regional. Existe alguma iniciativa neste sentido? [integração com rotas rurais (Cidadania no Campo), por exemplo].
11. Existe alguma diretriz ou iniciativa no sentido de fazer uso de tecnologias no âmbito de cidades inteligentes nas vias/ sistema de transporte (uso de led na iluminação das vias, materiais alternativos aos produtos oriundos de combustíveis fósseis etc)? É possível incluir uma diretriz nesse sentido como mitigação ambiental?

RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – STM / EMTU

PROPOSTAS:

1. Proposta de Corredor Verde Metropolitano de Transporte – VLP - faixa linha de transmissão marginal à Rodovia Dutra, nos moldes que a PMSJC está implantando em seu território - de Jacareí a Aparecida: SMT entende ser uma proposta que poderá ser inserida na concessão? Está alinhada com as diretrizes estaduais / PAM-TL?
2. Proposta de Centro Regional de Logística (como previsto no PAM), no entroncamento das Rodovias Carvalho Pinto e Tamoios, conectado ao aeroporto de São José dos Campos e ao ramal ferroviário de carga, Tamoios / Porto de São Sebastião: SMT entende ser uma proposta alinhada com as diretrizes estaduais?
3. Proposta de Trem Regional: o novo marco das ferrovias pode contribuir para que este projeto seja implantado? Há alguma articulação/ planejamento de fomento às ferrovias?
4. Proposta de segregação de cargas pela MRS – outra linha de trem – 2,5 anos para a RMVPLN? Já houve a renovação da concessão da MRS?
5. Proposta de mitigar conflitos do tráfego rodoviário com tráfego local: Litoral Norte / Caraguatatuba e Piquete / Vale do Paraíba - nos moldes do anel de contorno da Tamoios/Caraguatatuba – STM entende ser possível incluir como proposta do PDUI?
6. Proposta de corredores de transporte para atender demandas de atividade turística, para melhoria de trânsito, de transportes de interesse coletivo (passageiros, mercadorias, serviços e emergência) como diretriz - para ônibus, veículos de transporte de mercadorias e serviços.

RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – STM / EMTU

QUESTÕES ADICIONAIS:

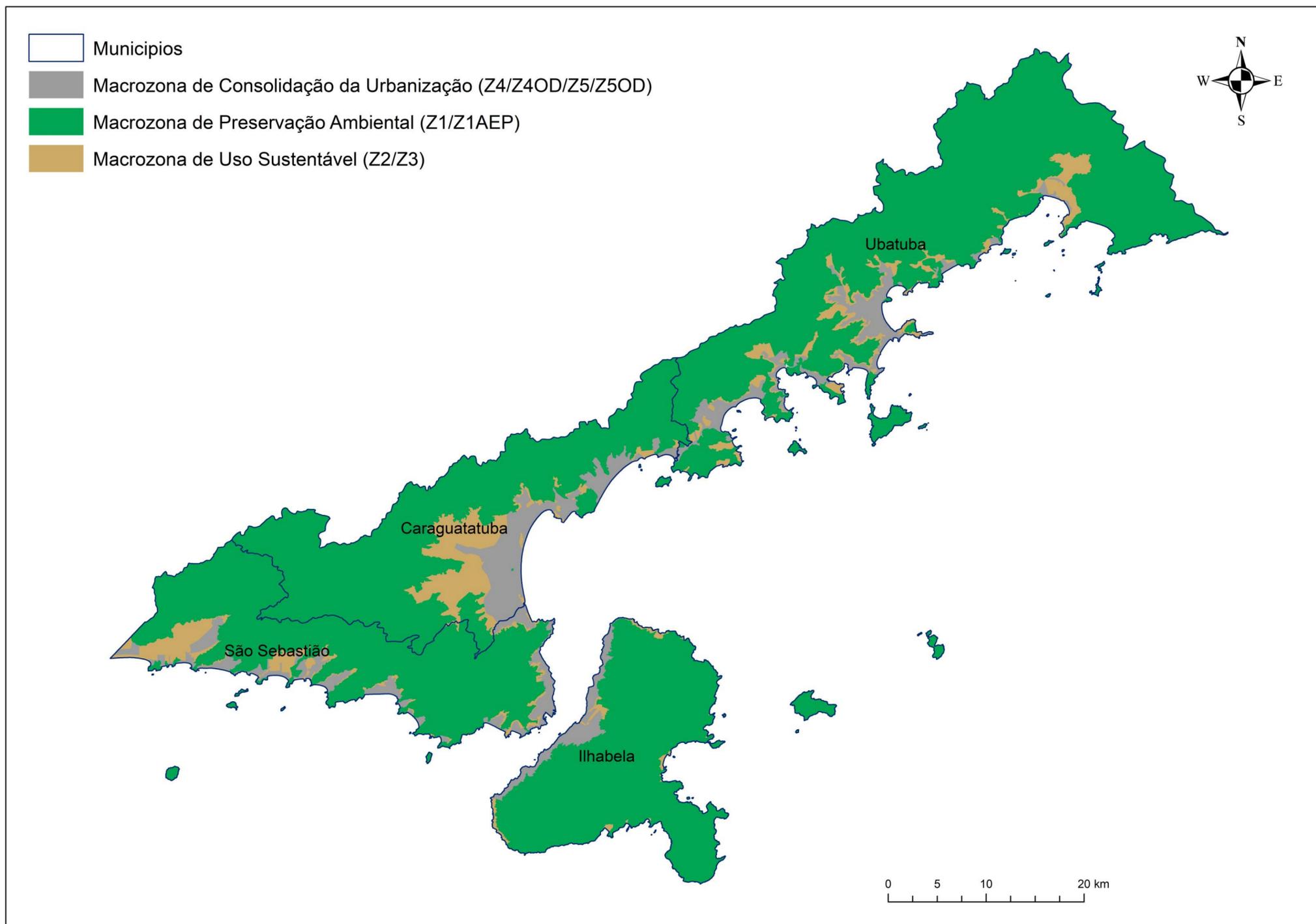
7. 1) Há alguma estratégia de ordenamento do tráfego de turismo [“corredor cidadão de transporte”] para amenizar o trânsito intenso em alta temporada? Rota da Fé – peregrinos, estradas cênicas, etc (articulação com Secretaria de Cultura)?
8. 2) Existe alguma diretriz ou iniciativa no sentido de fazer uso de tecnologias no âmbito de cidades inteligentes nas vias/ sistema de transporte (uso de led na iluminação das vias, materiais alternativos aos produtos oriundos de combustíveis fósseis etc)? É possível incluir uma diretriz nesse sentido como mitigação ambiental? Ônibus elétricos? Quando?
9. 3) Hub de ligação desses veículos – colocar a integração desse sistema que atenda o Vale como um todo como diretriz do PDUI? Todas as linhas deveriam ter ônibus para o litoral pelo menos na temporada e para os equipamentos do Vale da Fé; Rota fácil? Sem parar? Tem previsão de integração de modais? Planejar articulação do transporte ferroviário, rodoviário e garagem para integrar o modal ao cicloviário.
10. 4) a) tem previsão de linhas que atendam as pequenas e distantes cidades – Cunha , Natividade da Serra, etc? b) tem previsão de funcionamento de ônibus mais confortáveis com facilidades para PNE para todo o Vale? c) tem previsão de colocar ônibus abertos - “jardineiras” no litoral na temporada? d) há previsão de se instalar empreendimentos remunerados nas paradas para criar centralidades e evitar o mercado informal de rua (“Camelô”)?

Infraestrutura e Meio Ambiente

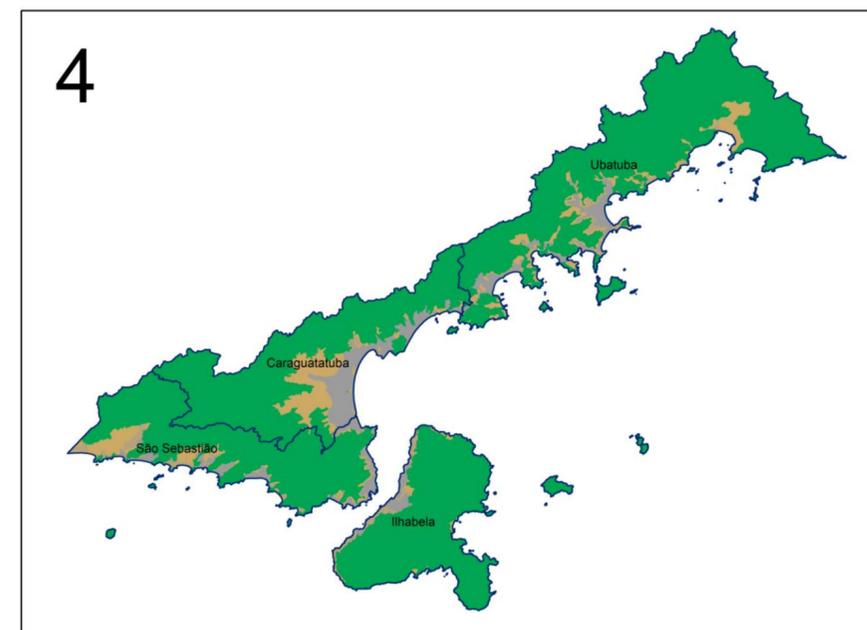
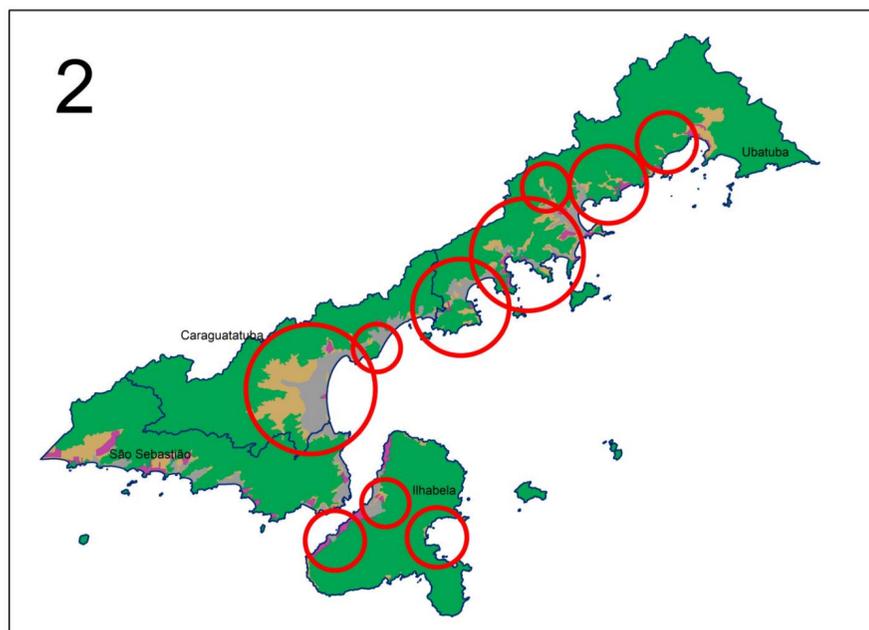
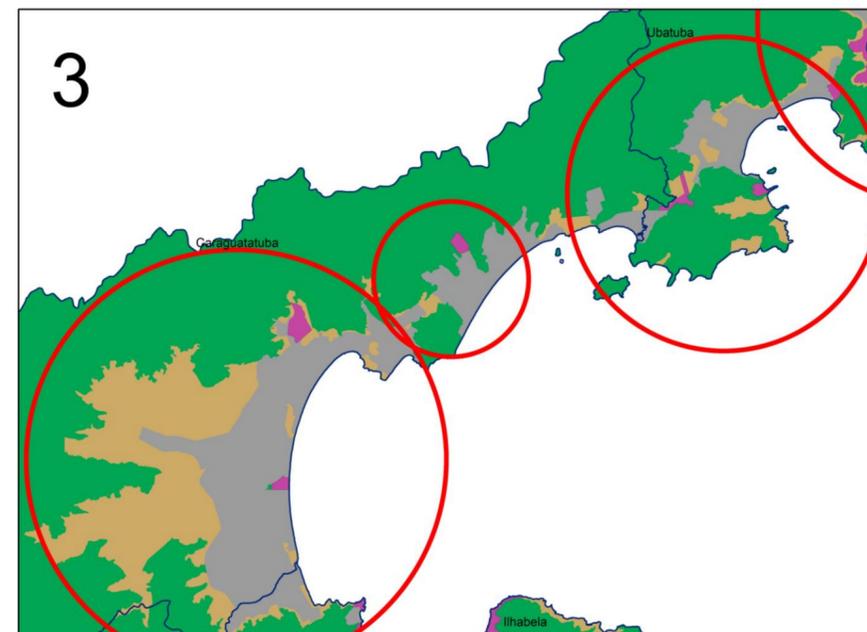
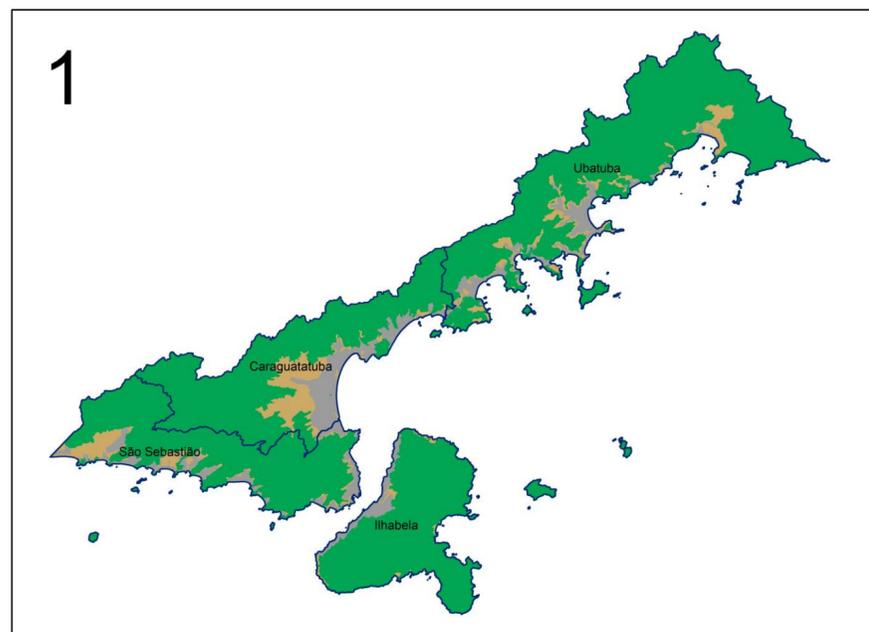
RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – SIMA – 24/03/2022

1. MACROZONEAMENTO REGIONAL DO PDUI (MZR) PARA A SUB-REGIÃO LITORAL NORTE (ZEEC-LN)

- 1.1. **Proposta: mudar a Z4OD (zona intermediária do ZEEC-LN)** da MZR – CUrb (Consolidação da Urbanização – menos restritiva do PDUI) para a MZR – US (Uso Sustentável – zona intermediária do PDUI) – [MAPAS](#)
- 1.2. **Proposta: como classificar as ZEIS dos PDs de Ubatuba e São Sebastião inseridas em Z1** (zona mais restritiva do ZEEC-LN)? Ficou definido com SIMA hoje que elas ficarão na MZR-PA (Proteção Ambiental – mais restritiva do PDUI), pois o artigo 65 inciso I do decreto do ZEEC-LN 2017 já prevê essa possibilidade – [MAPAS](#)
- 1.3. **Proposta para comunidades tradicionais:** suprimir a explicitação na composição da MZR-PA do PDUI; criar diretriz que reconheça as comunidades tradicionais e que suas demandas sejam acolhidas por uma Câmara Temática do Conselho metropolitano que trate de temas relativos ao patrimônio cultural (entidades do litoral propuseram a inclusão de outras comunidades tradicionais não mapeadas; SIMA relatou pedido de comunidades de não permanecer em Z1-mais restritivas).
- 1.4. **Propostas não aceitas pelo PDUI feitas por entidades do litoral de alterações de uso das Zonas do ZEEC de 2017 para zonas mais restritivas em Ubatuba (Praia Vermelha do Sul) e em São Sebastião (Praia de Maresias).** Indicamos encaminhamento à SIMA e Prefeitura, responsáveis pela revisão do ZEEC-LN e Plano Diretor.



- Zoneamento específico para o LN com a utilização do ZEEC (2017)
- Agrupamento de zonas divididas segundo o Macrozoneamento Regional do PDU



1. Proposta SIMA

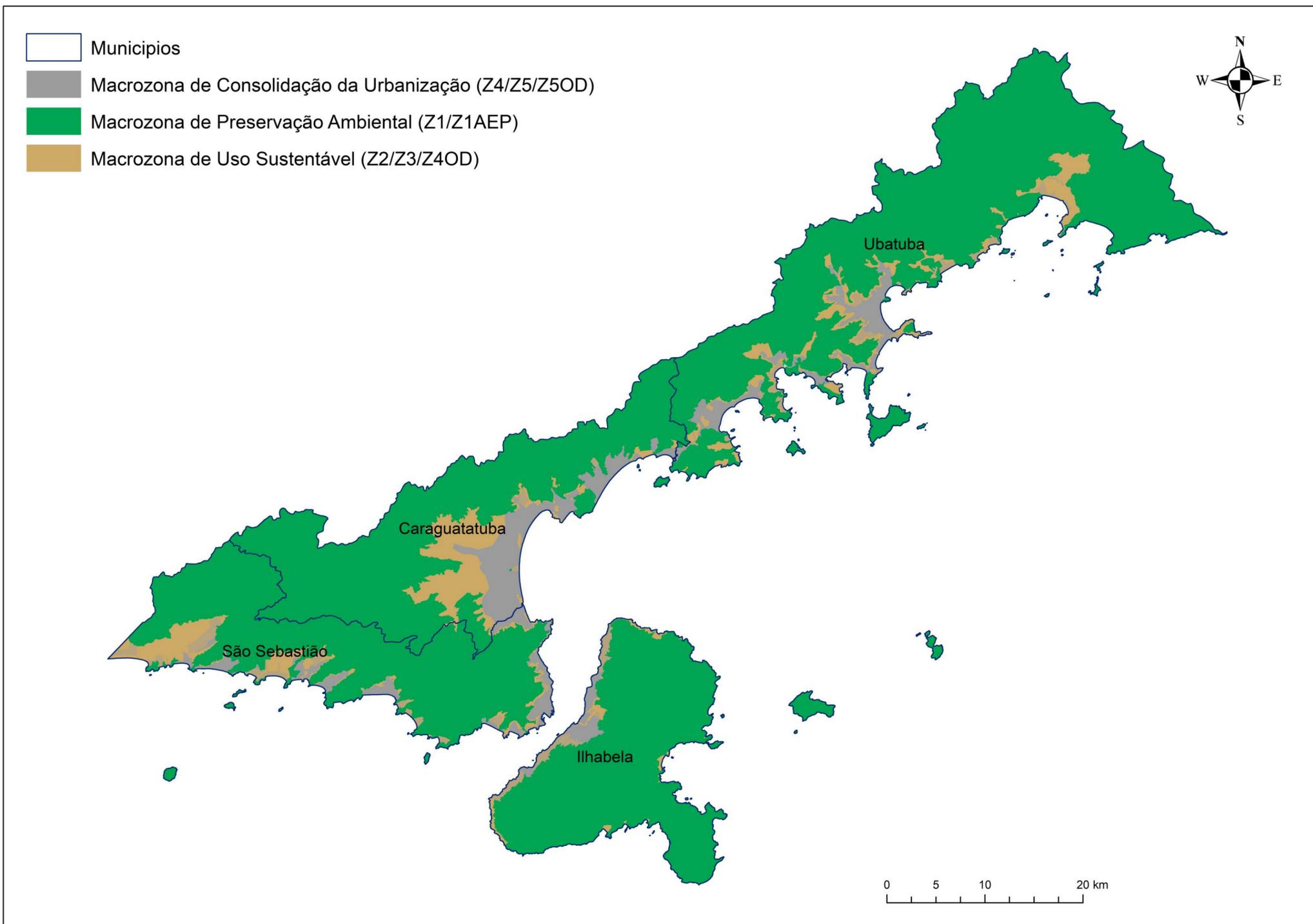
- ✓ Z1 e Z1AEP -> MZR-PA
- ✓ Z2 e Z3 -> MZR-US
- ✓ Z4/Z4OD/Z5/Z5OD-> MZR-CUrb

2 e 3 – Zonas Z4OD - rosa

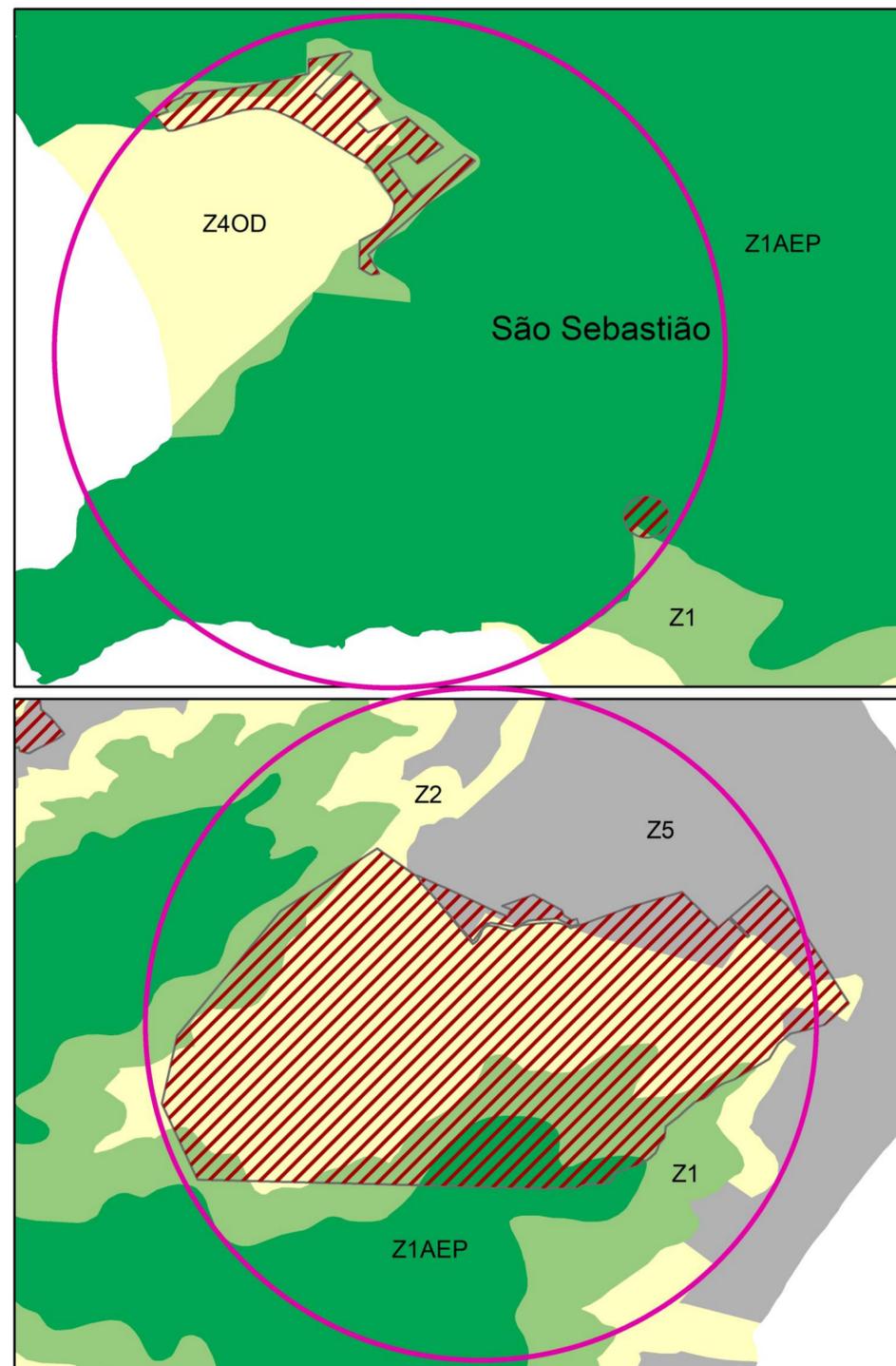
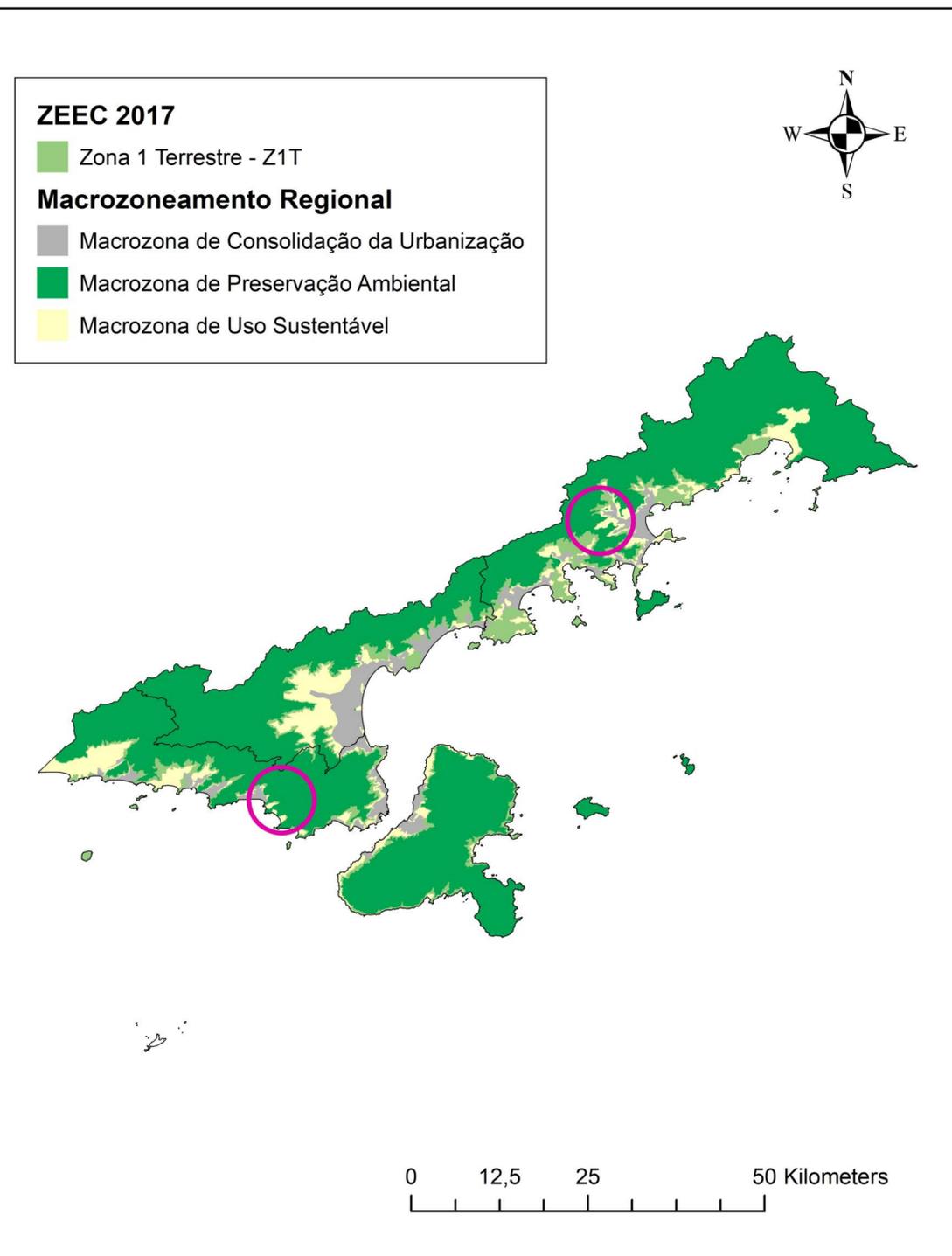
4. Proposta FIPE

- ✓ Z1 e Z1AEP -> MZR-PA
- ✓ Z2/Z3/Z4OD -> MZR-US
- ✓ Z4/Z5/Z5OD -> MZR-CUrb

-  Municípios
-  Macrozona de Consolidação da Urbanização
-  Macrozona de Preservação Ambiental
-  Macrozona de Uso Sustentável



- Novo mapa MZR LN com alteração da Z4OD proposto pela FIPE

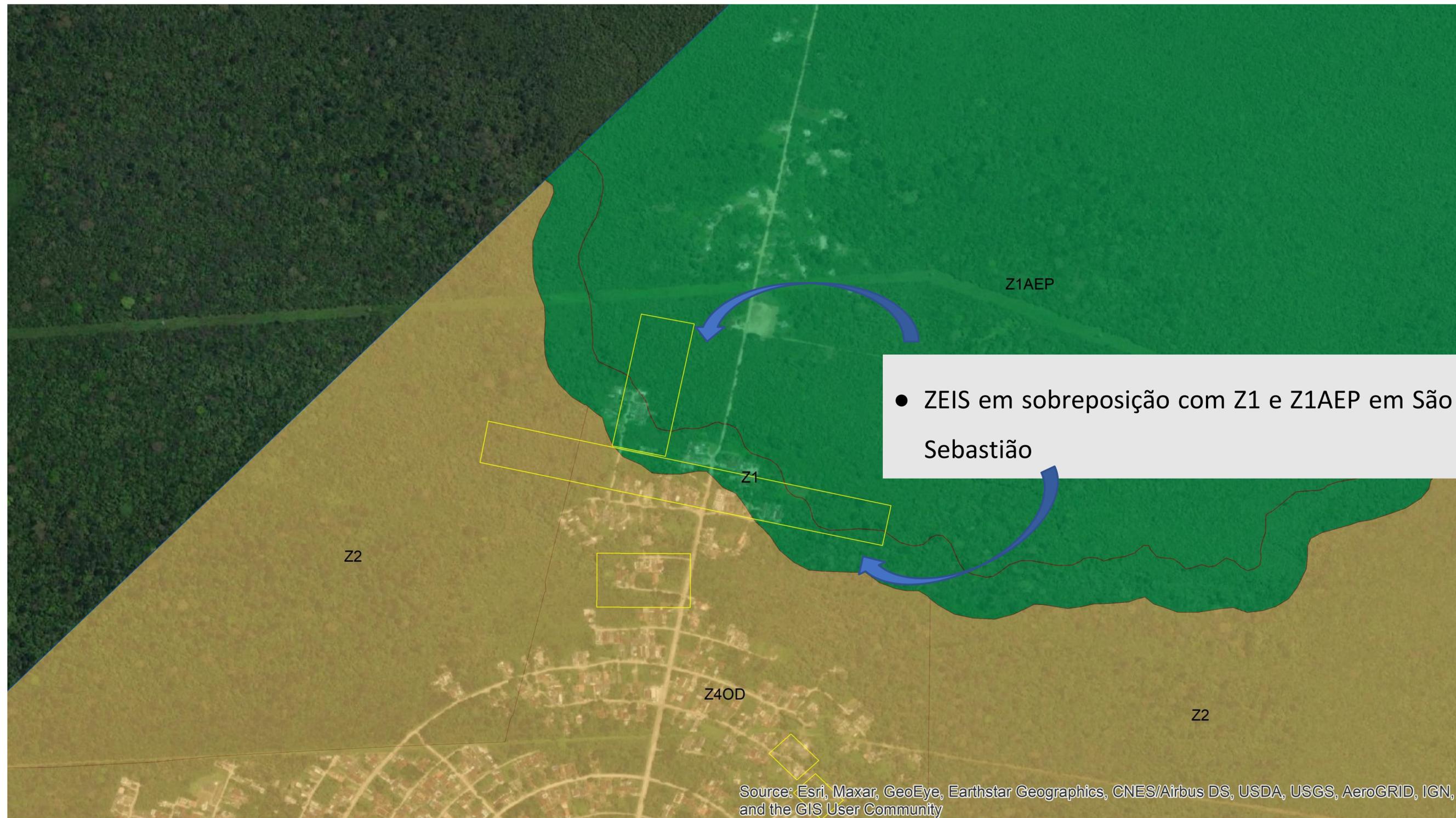


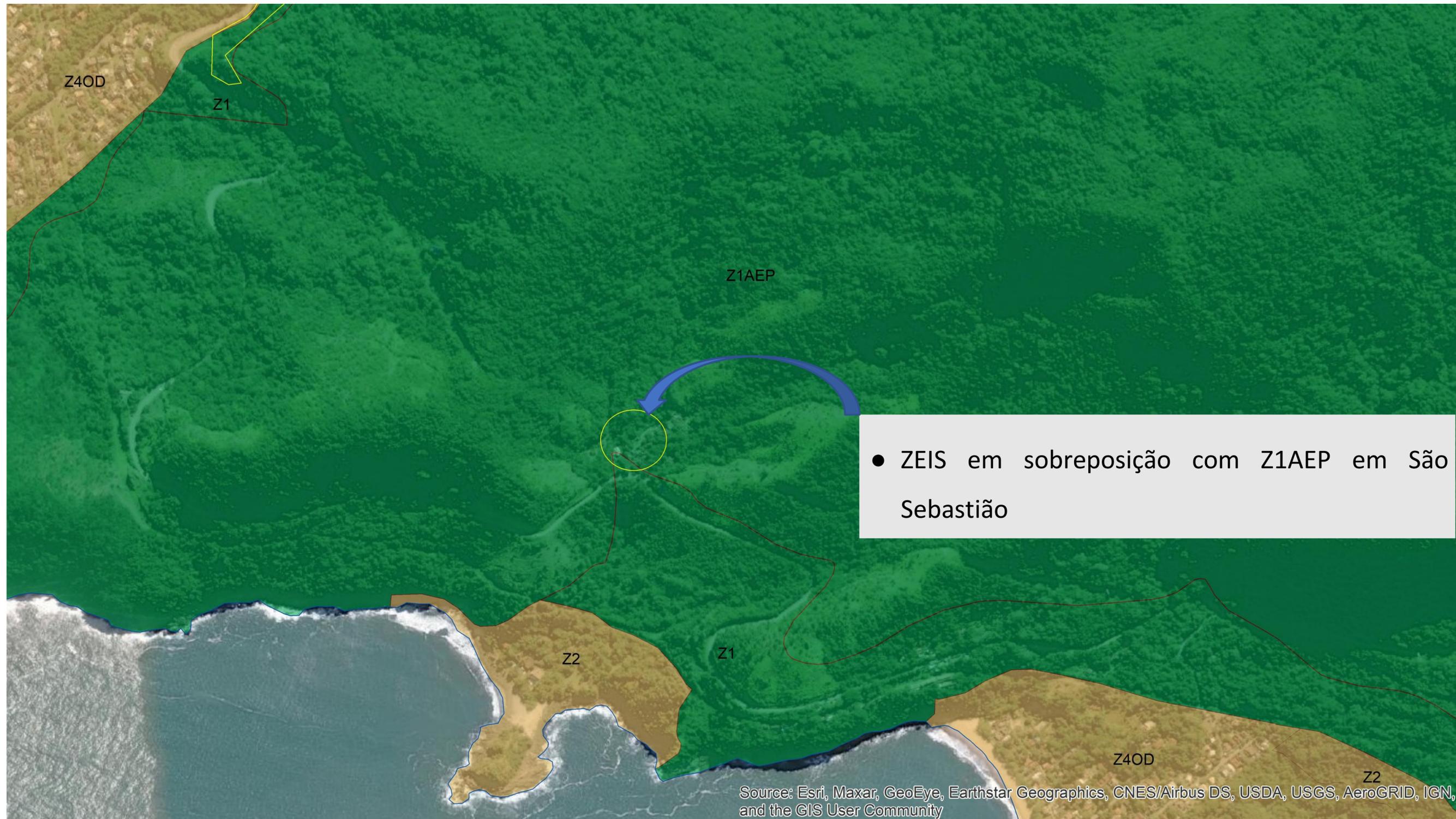
1

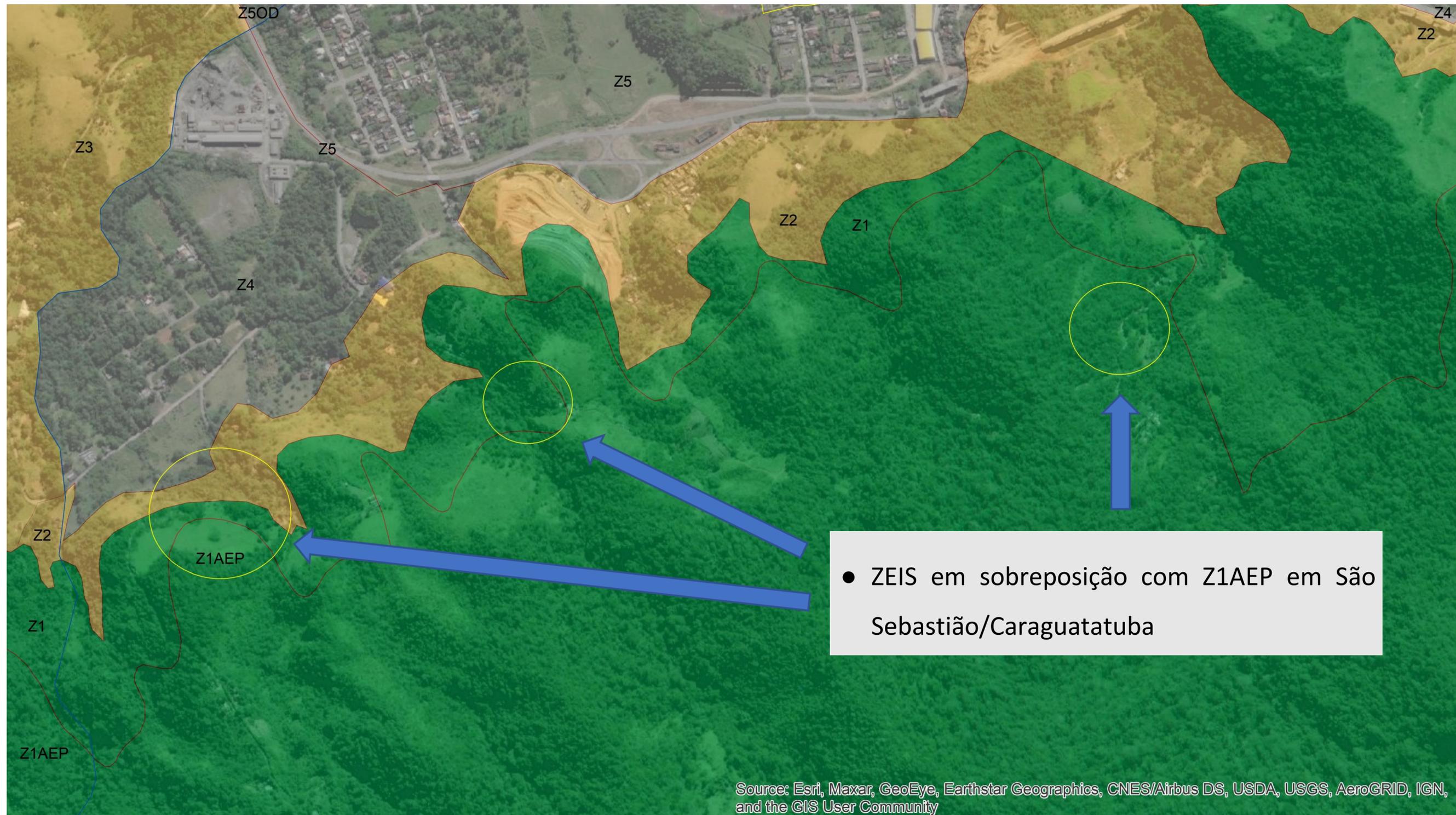
- ZEIS e Núcleos Urbanos Informais em áreas mais restritivas (Z1 e Z1AEP) do ZECC LN 2017

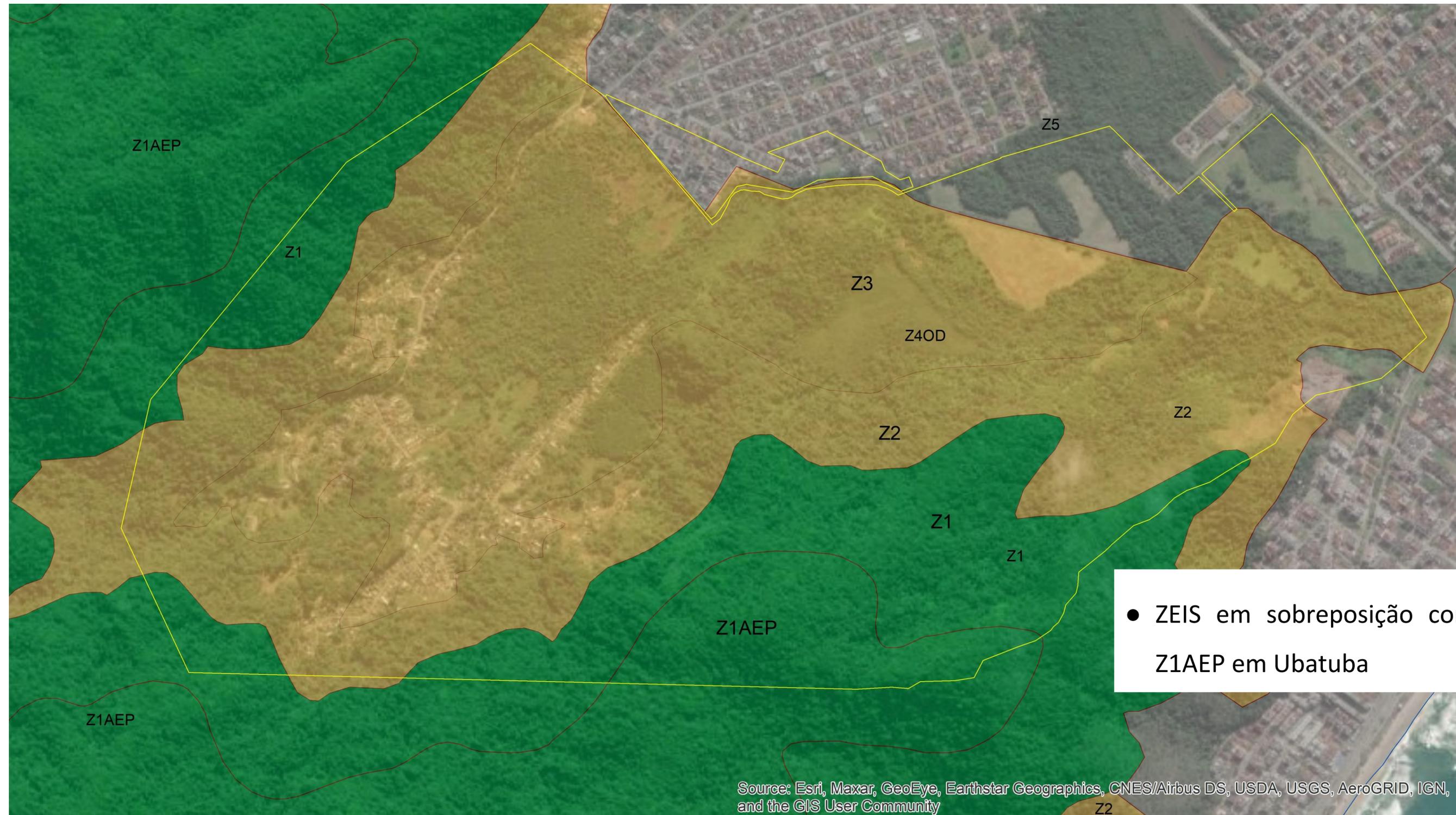
2

- 1 - exemplo de ZEIS em Z1AEP em São Sebastião
- 2 - exemplo de ZEIS em Z1AEP em Ubatuba









RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – SIMA

2. MEIO AMBIENTE – MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EVENTOS EXTREMOS

- Proposta: incorporar e integrar os estudos climáticos e as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico ESP nas políticas públicas regionais e municipais, visando orientar o ordenamento territorial e os investimentos em infraestrutura urbana para redução da vulnerabilidade climática.
- Proposta: proteger áreas de várzea e planícies de inundação dos rios, em especial dos rios Paraíba do Sul, protegendo as planícies de inundação, recuperando as matas ciliares, regulando a atividade minerária onde houver atividade e/ou potencial, contendo a ocupação urbana.
- Proposta: proteger encostas serranas nas áreas apontadas pela SIMA/IPA_G como de perigo alto para escorregamentos / deslizamentos.

RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – SIMA

3. MEIO AMBIENTE – SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

- Proposta: estruturação de novo modelo de gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) na RMVPLN – diminuir a circulação de resíduos pela região e para fora dela, em especial no litoral norte; implantar equipamentos regionais de reaproveitamento de resíduos, inclusive o da construção civil – a ser coordenado / hierarquizado em Câmara Temática que trate do tema de Resíduos Sólidos.

RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – SIMA

4. MEIO AMBIENTE – MINERAÇÃO

Criar uma Câmara Temática que trate do tema da Mineração, com participação dos diversos agentes governamentais (Municípios, Estado e Federação) e o setor produtivo, para coordenar o planejamento, hierarquização e implementação de ações de:

- atualização do mapeamento geológico dos municípios da região, visando a quantificação da dotação mineral, localização geográfica e potencial de jazidas na região, incluindo as jazidas já devidamente documentadas pela Agência Nacional de Mineração ANM, do OTGM – Ordenamento Territorial Geomineiro da Região Metropolitana do Vale do Paraíba de 2015, e do Zoneamento Ambiental para Mineração de Areia da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, SMA/1999;
- desassoreamento de trechos do rio Paraíba do Sul e reservatórios da região, de modo a favorecer o escoamento normal das águas, contribuindo para minimizar problemas periódicos de cheias na região, além da proliferação das macrófitas;
- utilização de cavas exauridas da mineração como reservatórios de água para épocas de restrição hídrica, além de abrigar projetos de geração de energia solar flutuantes e de produção de proteína por meio da criação de peixes;
- planejamento de projetos de parques lineares com reflorestamentos de espécies nativas em trechos da margem do Rio Paraíba do Sul, na Área de Preservação Permanente (APP), em parceria com os empreendimentos de mineração que já executam o reflorestamento de trechos de APP dentro dos seus Planos de Recuperação aprovados pelos órgãos ambientais (PRADs).

Desenvolvimento Econômico

RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Programas de inclusão produtiva e de empreendedorismo:

1. O PDUI pode indicar a organização – em parcerias com instituições locais – de programas de assistência técnica em gestão, inovação, especialidades técnicas para micro e pequenas empresas e empreendedores individuais?

Programa de requalificação urbana e fomento às micro e pequenas empresas da região:

1. Que diretrizes o PDUI deve estabelecer para que haja uma maior preparação do espaço urbano para uma população mais envelhecida não ser alijada do processo econômico, integradas com as demandas para as MPEs regionais? – fomento à inclusão de profissionais de 60 anos ou mais, considerando a tendência etária da região?
2. O PDUI pode indicar a realização de parcerias com empresas que, por meio de suas políticas de governança social, ambiental e corporativa (ESG), possam apadrinhar, financeiramente, a recuperação e a expansão de áreas verdes para uso público?

Dinamização do polo de alta tecnologia regional:

1. Quais diretrizes o PDUI deve estabelecer para que essa atividade de importância estratégica para a economia do Estado e da região possa ser impulsionada?
2. O PDUI pode indicar quais ações que levem a um maior adensamento da geração de conhecimento e inovação tecnológica e, conseqüentemente, impactos positivos na geração de empregos qualificados?

RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Petróleo e gás:

O PDUI pode indicar quais ações de estímulo à agregação de valor na cadeia do petróleo e gás, para além da extração (P&D, capacitação e qualificação profissional, etc.)? E a questão dos *royalties*, altamente concentrados em poucos municípios?

Turismo:

Quais ações o PDUI pode indicar para a cadeia do turismo, enquanto importante vetor de desenvolvimento socioeconômico?

Mineração:

Quais ações o PDUI pode indicar para o desenvolvimento da mineração? A atividade vem sendo expulsa da região – ações de melhoria da organização da atividade, estudos de tendências, orientações para agregação de valor na cadeia; recuperação de áreas de exploração mineral, melhoria da imagem do setor perante a sociedade.

RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Atividades rurais:

O PDUI pode indicar ações de desenvolvimento da cadeia de produtos florestais? – banco de sementes, cursos profissionalizantes e eventos de acesso ao mercado (exposições, feiras); elaboração de diagnóstico e fomento a produtos e produtores agrícolas regionais; estímulo à criação de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico vocacionados.

Qualificação profissional:

O PDUI pode indicar ações de estímulo ao ecossistema promotor de uma melhor qualificação e capacitação profissional? - CPP, IFETs, FATECs; mapeamento das reais demandas de mercado e das vocações e tendências econômicas; aprimorar a integração dos cursos ofertados com as demandas empresariais; parcerias com as universidades locais para formação continuada de profissionais; estímulo à ampliação de oportunidades de estágio e aplicação da Lei da Aprendizagem para enfrentar o desafio da geração de renda para jovens e oportunidades de primeiro emprego.

Habitação

RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – HABITAÇÃO

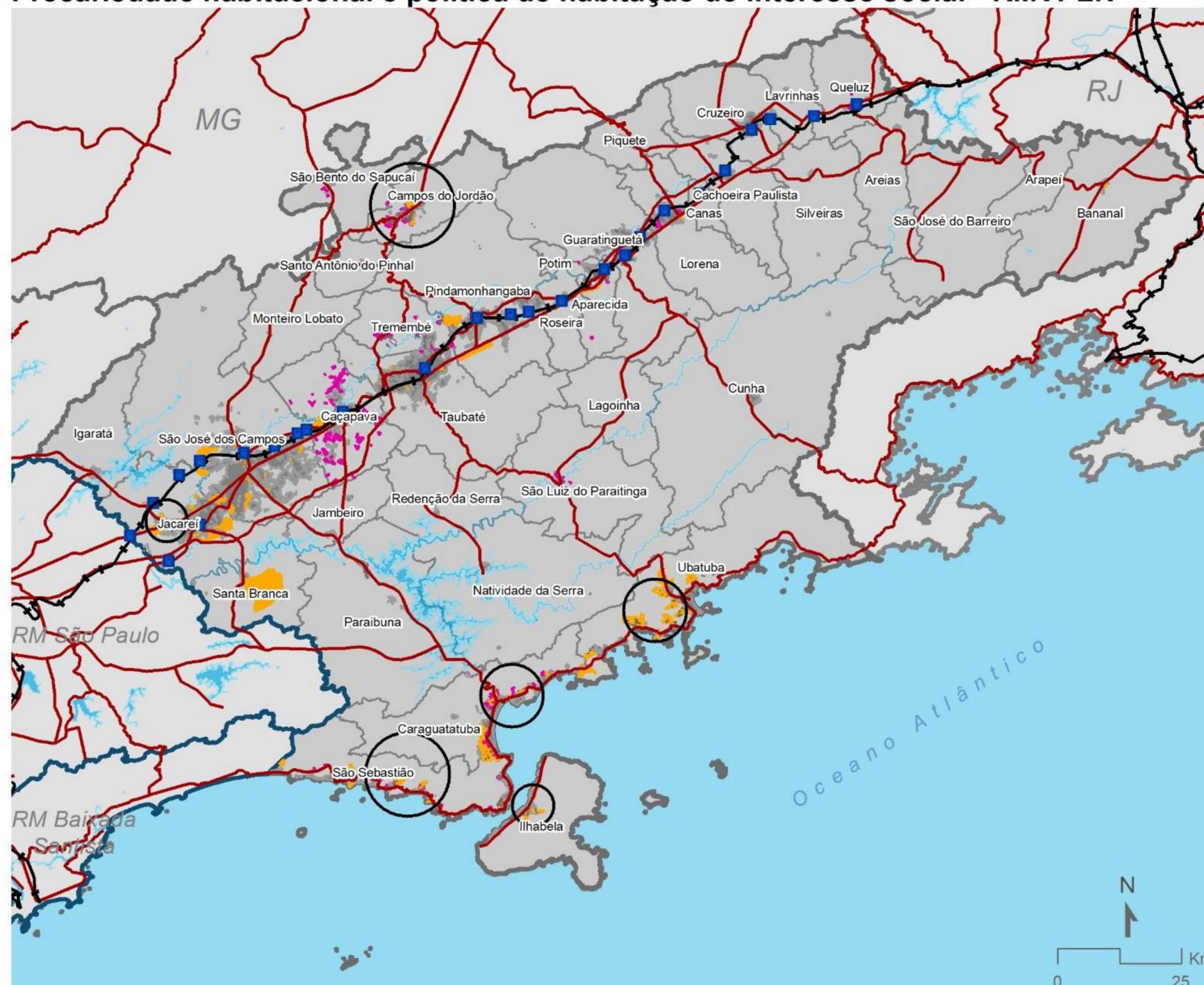
Proposta de estratégias para enfrentamento da precariedade e informalidade habitacional

Problema: presença de assentamentos precários e loteamentos irregulares, principalmente aqueles localizados em áreas afastadas dos centros urbanos e em áreas de risco, em especial no Litoral Norte, Campos do Jordão, São José dos Campos, Jacareí e Taubaté.

Proposta: ações que devem ser coordenadas por uma Câmara Temática Metropolitana que trate do tema habitacional, com papel de articulação e apoio técnico para a implementação de programas/projetos, integrando-os às demais funções públicas de interesse comum, em especial, às estratégias de ações de gestão de riscos ambientais, alinhada às diretrizes e estratégias da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC, Lei Federal nº 12.608/12), e aos planos regionais de habitação e de gestão de riscos ambientais:

- Definir critérios regionais de reconhecimento, qualificação e enfrentamento das necessidades habitacionais.
- Promover a aplicação dos instrumentos relacionados ao cumprimento da função social da propriedade do Estatuto da Cidade, em articulação com a política habitacional do ESP.
- Definir diretrizes que orientem os municípios para que, na revisão de seus Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, para identificar assentamentos precários, áreas desocupadas localizadas em regiões com infraestrutura urbana, imóveis subutilizados – no sentido de subsidiar ações de urbanização de assentamentos precários e de produção de HIS.
- Orientar ações de regularização fundiária urbana, tais como: adoção de projeto padrão para a região de esgotamento sanitário, em parceria com a concessionária e órgão ambiental estadual; mapeamento de núcleos urbanos informais.
- Organizar sistema de informações sobre precariedade habitacional e áreas de risco para subsidiar estas ações.

Precariedade habitacional e política de habitação de interesse social - RMVPLN



Rede rodoviária e ferroviária

- Rodovias
- +— Ferrovias
- Estações ferroviárias

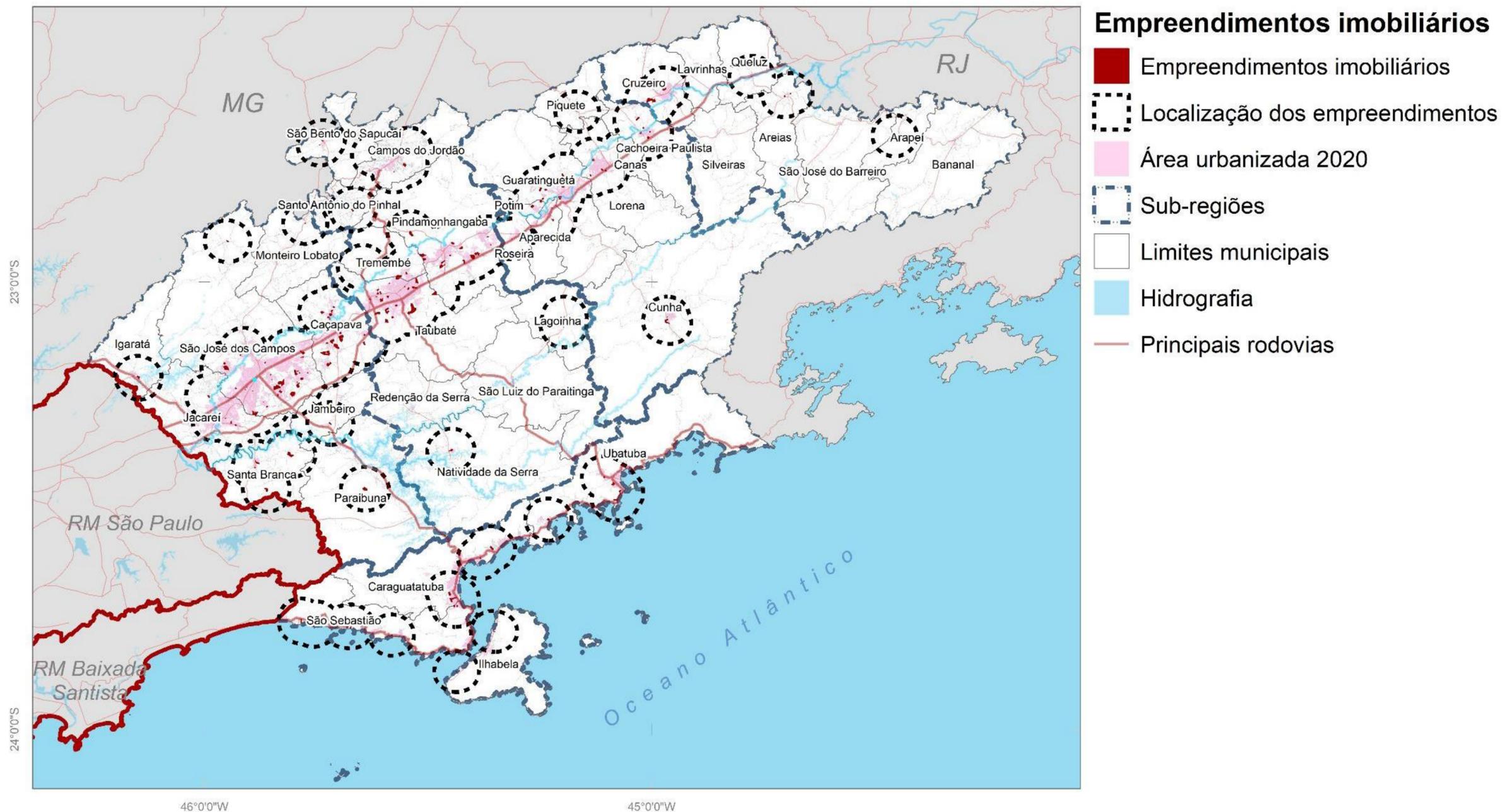
Precariedade habitacional

- Zona Especial de Interesse Social (ZEIs)
- Assentamentos precários e aglomerados subnormais
- Área urbanizada em 2020

Domicílios em áreas de risco

- Acima de 3.600
- De 1.855 a 3.600
- Até 1.854

Empreendimentos imobiliários | 2010 - 2020



Agricultura

RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – SECRETARIA DA AGRICULTURA

1. Programas de inclusão produtiva e de empreendedorismo rural:

- O PDUI pode indicar a organização, em parcerias com instituições locais, de programas de assistência técnica em gestão, inovação e especialidades técnicas para pequenos produtores rurais?
- A Secretaria atua com iniciativas de educação ambiental para os produtores rurais?
- Há incentivos ao uso de novas tecnologias na produção agrícola?

2. Programa de fomento às micro e pequenas empresas da região:

- Que diretrizes o PDUI pode estabelecer que possam estar integradas às demandas para as “MPEs rurais” regionais?

3. Turismo rural / agroecológico:

- Quais ações o PDUI pode indicar para a cadeia do turismo rural, enquanto vetor de desenvolvimento socioeconômico?

4. Produção agropecuária:

- É possível indicar ações voltadas a promover / intensificar o desenvolvimento do agronegócio na região?
- Há espaço para estímulo de novas cadeias? – agroecologia, agricultura familiar, agricultura orgânica, agroflorestas; produção de doces, bebidas, laticínios, defumados; produtos florestais, etc.
- Existem demandas para criação de banco de sementes, cursos profissionalizantes, eventos – exposições, feiras?
- Há necessidade de se elaborar diagnóstico para definir ações de fomento a produtos e produtores agrícolas regionais?
- Existem na região centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico vocacionados para a agricultura?

RMVPLN – dúvidas / questões para validar com o Estado – SECRETARIA DA AGRICULTURA

5. Pagamento por Serviços Ambientais para produtores rurais:

- A Secretaria tem previsão de mecanismos para garantir a continuidade e ampliação da aplicação do PSA, nos moldes do Projeto Conexão Mata Atlântica (SIMA – 2017 / 2023)? – modalidade uso múltiplo, estímulo à adoção de boas práticas agrícolas e conversão agroecológica, privilegiando as Áreas Prioritárias para Restauração e Conservação na bacia do Rio Paraíba do Sul (SIMA, Fundação Florestal, 2018).

6. Sistema de informações

- A Secretaria tem plataforma de compartilhamento de boas práticas agrícolas e de informações de mercado? Já estão em funcionamento os sistemas SISRURAL e SAMPA+RURAL da PMSP no estado? (há demandas de produção e disponibilização de informações técnicas, divulgação de experiências exitosas, informações sobre clima, safra, mercado).

7. Programas de qualificação profissional:

- Há demanda de melhoria da qualificação e capacitação profissional para o mundo rural da região? As instituições existentes – CPP, IFETs, FATECs, SEBRAE, SENAR – atendem essas demandas na região?
- A Secretaria tem dados de mapeamento das demandas de mercado e das vocações e tendências econômicas?
- Seria importante estimular a ampliação de oportunidades de estágio e aplicação da Lei da Aprendizagem para enfrentar o desafio da geração de renda para jovens e oportunidades de primeiro emprego, fixando o jovem no meio rural?